

Pensamento e ideologia: Eichmann e a banalidade do mal

Thought and ideology: Eichmann and the banality of evil

Bárbara Deoti Silva Rodrigues

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

bdeoti3@hotmail.com

Recebido em: 21/12/2020

Aceito em: 22/04/2021

Resumo: O presente texto pretende apresentar uma definição do conceito de banalidade do mal dentro da obra da filósofa Hannah Arendt. Sua reflexão sobre o mal estabelece uma conexão entre as questões que a autora desenvolveu sobre o totalitarismo e sobre o pensamento. Portanto, trataremos também das contingências políticas em que aparece o fenômeno da banalidade do mal e sua relação com a atividade do pensamento. Em seguida, trataremos das críticas feitas à Arendt por David Cesarani. O autor considera Eichmann um sujeito ideologicamente motivado. Partiremos dessa constatação para contrapor pensamento e ideologia, balizados pelo conceito de banalidade do mal.

Palavras-chave: Banalidade do mal; Ideologia; Pensamento.

Abstract: The following text intends to present a definition of the concept of the banality of evil within the work of the philosopher Hannah Arendt. Her reflection on evil establishes a connection between her queries on totalitarianism and on thought. Thus, we will also talk about the political contingencies in which the phenomenon of the banality of evil appears and its relation to the act of thinking. Afterwards we will deal with David Cesarani's critique of Arendt. He considers Eichmann to be an ideologically motivated subject. From this finding we will contrast ideology and thought, guided by the concept of the banality of evil.

Keywords: Banality of evil; Ideology; Thought.

Em 1961, Hannah Arendt partiu para Israel para assistir ao julgamento do nazista Otto Adolf Eichmann como correspondente do jornal *The New Yorker*. Arendt tinha algumas motivações pessoais para empreender essa viagem, incluindo o desejo de poder se confrontar em carne e osso com um dos perpetradores do regime nazista. Ela, assim como muitos outros, esperava se deparar com um monstro,

mas, para sua surpresa, o que ela encontrou no tribunal foi um homem comum, medíocre em sua normalidade. Arendt ficou particularmente surpresa com a constatação de que a personalidade de Eichmann era inteiramente superficial. Em seu livro, ela relata um incidente em particular, o momento em que Eichmann está prestes a ser executado e tem direito às suas últimas palavras. Ele repete uma série de clichês da oratória fúnebre e se mostra animado, como se em sua empolgação tivesse esquecido que o funeral era dele próprio. “Foi como se naqueles minutos estivesse resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou - a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos.” (ARENDR, 1999, p. 274).

A banalidade do mal é um dos conceitos mais amplamente conhecidos da obra de Hannah Arendt. No entanto, o termo aparece apenas duas vezes em seu livro *Eichmann em Jerusalém*. Uma vez no subtítulo - “um relato sobre a banalidade do mal” -, e uma vez no trecho que acabamos de citar acima. Isso porque, quando escreveu o texto, Arendt não tinha a intenção de desenvolver uma teoria ou cunhar um conceito. Seu propósito era fazer um relato do julgamento e refletir sobre algumas questões. Foi a partir da polêmica que o livro causou que Arendt despertou para a importância dos pontos que tinha levantado sobre a questão do mal (DINIZ, 1995, p. 87-88). Arendt já vinha tentando compreender o mal desde *Origens do Totalitarismo* e o julgamento de Eichmann lhe deu a oportunidade de retornar a esse problema, que ela ainda não tinha dado por encerrado.

O presente texto pretende apresentar uma definição do conceito de banalidade do mal como ele é desenvolvido na obra de Hannah Arendt. A reflexão da autora sobre o mal é o ponto de conexão entre seus apontamentos sobre os regimes totalitários e suas investigações posteriores sobre a atividade do pensamento. Portanto, para compreender a banalidade do mal, trataremos também das contingências políticas que tornam possível este fenômeno e da sua relação com a questão do pensamento. Em seguida, discutiremos algumas das críticas que o autor David Cesarani fez ao conceito a partir de sua reavaliação da figura de Adolf Eichmann. A obra de Cesarani nos revela que Eichmann, ao contrário da avaliação que Arendt pôde fazer dele no tribunal, era um sujeito ideologicamente motivado. Por fim, na última parte do texto, partiremos dessa constatação para desenvolver uma reflexão contrapondo pensamento e ideologia, balizados pelo conceito de banalidade do mal.

Antes de nos debruçarmos sobre o conceito de banalidade do mal, acreditamos que alguns breves apontamentos sobre a historiografia do regime nazista se fazem necessários para

compreendermos as discussões que Arendt e Cesarani empreendem. De acordo com Ian Kershaw, a ideologia nazista se baseava na premissa de que a existência humana era marcada pela luta de raças e tinha três elementos centrais, que podem ser descritos como objetivos de longo prazo: 1) Assegurar a hegemonia alemã na Europa; 2) garantir o espaço vital (*Lebensraum*) e assegurar a base material para o futuro da Alemanha; e 3) remover os judeus do território alemão. Atingir esses três objetivos resultaria na salvação nacional da Alemanha e em um futuro glorioso para a raça ariana (KERSHAW, 2009, p. 90). Esse futuro glorioso poderia ser alcançado por meio da destruição do “bolchevismo judaico” da União Soviética, que os nazistas percebiam como uma ameaça, e por meio da colonização do leste-Europeu. Isso significa que a guerra era uma parte intrínseca da visão de mundo dos nazistas e que havia uma conexão muito clara entre o antissemitismo e a campanha do leste. O grande desafio para os historiadores, portanto, não é compreender a conexão ideológica, mas sim como e quando exatamente esse ódio antissemita se traduziu na dita “Solução Final da Questão Judaica”, ou seja, uma política de estado cujo objetivo era o extermínio físico do povo judaico.

Podemos classificar as interpretações históricas sobre esse assunto em duas linhas gerais: uma vertente mais “intencionalista” e uma vertente mais “estruturalista”. A primeira linha interpretativa entende o extermínio do povo judeu como um plano a longo prazo de orientação essencialmente ideológica. Já a segunda linha entende que a “Solução Final” resultou não de um plano premeditado, mas da radicalização cumulativa das políticas de lideranças locais nos territórios do leste, sendo essa a perspectiva mais atual (KERSHAW, 2009, p. 93). Até os anos 1970, a vertente intencionalista supunha que a “Solução Final” havia começado a partir de uma ordem direta de Hitler, de modo que a historiografia desse período enfatizava às vontades, intenções, políticas e diretrizes do líder nazista. Isso significa que a compreensão que se tinha do papel dos perpetradores se pautava muito mais na estrutura hierárquica de comando do regime e nas ordens que esses homens recebiam. Após os anos 1970, no entanto, a historiografia passa a descentralizar a perspectiva e enfatizar a natureza “policrática” do sistema de governo e a fragmentação das decisões políticas. Desse modo, os historiadores passam a dar mais atenção à iniciativa e à participação ativa de lideranças locais e regionais (KERSHAW, 2009, p. 94).

Tendo em vista que as interpretações sobre a natureza da “Solução Final” estão diretamente relacionadas com a compreensão sobre o papel dos perpetradores, devemos ter em mente como

Arendt e Cesarani dialogam com a historiografia de seus respectivos períodos para construírem suas interpretações sobre Eichmann. Buscaremos retomar essa questão na segunda parte do texto, contudo, como não é esse o foco do artigo, nossas observações nesse sentido serão pontuais. Dito isso, passaremos agora para a primeira parte do texto, em que apresentaremos o conceito de banalidade do mal dentro da obra da filósofa Hannah Arendt.

A banalidade do mal: o mal da ausência de pensamento

Para compreender o conceito de banalidade do mal, devemos, antes de mais nada, entender a caracterização que Arendt faz de Eichmann, pois é a partir da sua análise sobre o homem Eichmann que ela desenvolve o seu conceito. Eichmann era, antes de mais nada, uma pessoa normal, cuja sanidade mental foi atestada pelos psiquiatras que tiveram a oportunidade de avaliá-lo. Ele se atinha fielmente às normas de conduta condizentes com a “boa sociedade”, mas não demonstrava preocupação alguma com as incoerências absurdas de suas falas. Eichmann se expressava regularmente por meio dos clichês e das frases prontas, mesmo quando elas não pareciam se adequar a resposta que lhe era requisitada. Ele também não era um antissemita fanático, cuja motivação poderia ser atribuída ao ódio e, de acordo com o próprio Eichmann, ele não tinha nada pessoalmente contra os judeus (ARENDR, 1999, p. 37). Na verdade, Eichmann era o instrumento perfeito para se levar a cabo a Solução Final, pois ele era um funcionário metuculoso e organizado, capaz de fazer com que tudo corresse de maneira eficiente. De acordo com Diniz (1995, p. 98) sua função era normalizar a Solução Final. Arendt identifica aí a maior dificuldade que temos para compreender Eichmann: se ele não era nem um psicopata, nem um fanático, então como foi capaz de enviar milhões de pessoas para a morte?

A banalidade do mal se refere ao “fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas - atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente;” (ARENDR, 1993, p. 145). A dimensão banal do mal diz respeito a sua superficialidade e desenraizamento, que, em efeito, são a mesma coisa, isto é, a impossibilidade de associar o mal com qualquer motivação mais profunda em seu agente. Isso quer dizer que a maldade com que estamos lidando no caso Eichmann não pode ser atribuída à tentação de fazer o mal, às motivações torpes ou à uma malignidade da natureza humana. Arendt nega o caráter demoníaco do mal ao afirmar que criminosos como Eichmann não são movidos por pretextos maus e assassinos, ou seja, não matam por matar, mas simplesmente porque é parte do seu ofício (DINIZ, 1995, p. 97). Em

um primeiro momento, isso pode parecer algo inimaginável. De fato, o mal banal desafia a nossa compreensão e, além disso, não se encaixa na tradição do pensamento moral. Assim como a novidade totalitária rompeu com as categorias tradicionais do pensamento político, podemos dizer que também rompeu com o pensamento tradicional sobre o mal (DINIZ, 1995, p. 48).

É importante destacar que, ao usar a palavra “banal”, Arendt não pretende dizer que os crimes cometidos pelos nazistas são corriqueiros ou triviais, e certamente não são algo que acontece habitualmente. A banalidade não se refere à essência do mal, pois este é sempre um escândalo, mas sim ao mal enquanto fenômeno que aparece. “[...] o mal pode ser banalizado por determinadas contingências históricas, o que significa que o mal cometido pelo homem pode-se mostrar banal, e não que o mal, por si mesmo, seja banal.” (DINIZ, 1995, p. 110). O mal banal é uma anomalia que ocupa o lugar do que é comum, invertendo a ordem moral; como coloca Arendt, o “Não Matarás” é substituído pela ordem de extermínio “Matarás”. Ao negar a dimensão demoníaca do mal, ou seja, a maldade como intrínseca à natureza humana, Arendt atribui ao mal uma dimensão política (DINIZ, 1995, p. 110). Portanto, pensar na banalidade do mal é sair do âmbito das motivações pessoais para pensar as circunstâncias históricas em que o mal pode se tornar banal.

Agora, devemos retornar à pergunta que fizemos acima: se Eichmann não foi movido a fazer o mal por convicções pessoais, então o que o levou a se tornar um perpetrador? Para Arendt, a característica de Eichmann que permitiu que ele se tornasse um criminoso foi a sua aparente e perceptível incapacidade de pensar (ARENDR, 1999, p. 311). A concepção de banalidade do mal está intimamente ligada à questão do pensamento dentro da obra de Arendt, pois é a ausência de pensamento que permite que um indivíduo normal cometa crimes terríveis. Esse mal que surge da ausência do pensamento atravessa o indivíduo, sem encontrar nele qualquer resistência. Assim, o indivíduo se torna um mero vetor para uma força que o ultrapassa, e que ele não compreende, mas a qual se dedica mesmo assim. O mal banal é um fenômeno superficial e, justamente por isso, é uma forma extrema de mal. É um mal ilimitado, pois ele não é circunscrito nem mesmo pelas perversões do próprio indivíduo. O agente do mal banal é capaz de cometer qualquer crime, pois ele é apenas carregado pela corrente dos acontecimentos (ASSY, 2001, p. 152).

Devemos entender que quando Arendt fala em pensamento, ela se refere ao processo do “dois-em-um”, ou seja, o diálogo sem som que mantenho comigo mesmo. O pensamento enquanto atividade

não é construtivo, pois não produz resultados concretos e, por si só, não se presta a atingir a verdade. No entanto, sem esta faculdade do espírito, não somos capazes de exercer o julgamento. Embora o pensamento não possa alterar a realidade, “os princípios pelos quais agimos e os critérios pelos quais julgamos e conduzimos nossas vidas dependem, em última instância, da vida do espírito.” (ARENDDT, 2019, p. 89). Quando silenciou seu diálogo interno, Eichmann perdeu a capacidade de julgar as próprias ações e de tomar responsabilidade por seus atos.

Foi sob as circunstâncias históricas do totalitarismo que o mal se viu pela primeira vez livre de raízes. Dentro dos regimes totalitários, a banalidade do mal se organiza a partir de três parâmetros: a necessidade, a irrealidade e a ausência de pensamento (DINIZ, 1995, p. 111). A necessidade é a imposição da ordem pelo estado totalitário, que intima cada um a aderir a seu posto e a obedecer sem reservas. É a “obediência de cadáver” de que falava Eichmann. Em prol dessa obediência, ele abdicou completamente da própria vontade para cumprir o desejo do Führer, se anulando enquanto sujeito. Mas a glorificação da obediência também significava imputar a responsabilidade pelas próprias ações aos seus superiores. Em seu julgamento, quando fala sobre a Conferência de Wannsee, Eichmann diz: “Naquele momento, eu tive uma espécie de sensação de Pôncio Pilatos, pois me senti livre de toda culpa.” (ARENDDT, 1999, p. 130). Nesse sentido, Eichmann não precisava se preocupar com as consequências de seu trabalho, pois os verdadeiros responsáveis eram seus superiores; ele era apenas um bom funcionário que cumpria suas ordens.

Já a irrealidade diz respeito à ignorância ou afastamento da realidade. Essa é uma característica importante dos regimes totalitários, que buscam destruir a capacidade de distinguir a verdade da falsidade, a realidade da ficção. Através da propaganda, o totalitarismo busca aprofundar a alienação das massas modernas, explorando seu desejo de escapar da realidade confusa e sem sentido em que vivem. O homem da massa crê em tudo e em nada e vive em um estado em que tudo é possível e nada é verdadeiro (DINIZ, 1995, p. 139). O regime totalitário pode facilmente preencher o vazio deixado pela realidade com sua ficção totalitária, que proporciona às pessoas um mundo coerente e seguro, mas completamente irreal. Eichmann produzia esse auto-engano por meio da linguagem burocrática, que criava uma ilusão apaziguadora (DINIZ, 1995, p. 101). O afastamento da realidade caminha junto com a obediência, pois quanto mais distante está o sujeito da realidade, mais necessidade ele sente de

obedecer, pois pode se submeter ao julgamento do outro e não precisa encarar a realidade caótica e assustadora em que vive.

E, por fim, a ausência de pensamento, que apenas reforça as duas condições acima e aprofunda a sujeição dos indivíduos ao domínio totalitário. A ausência do pensar “é uma decorrência dos outros dois pontos, decorrência psicológica ou ideológica da condição política deste homem de massa” (DINIZ, 1995, p. 113). Eichmann representa o homem de massa, que foi destituído de todos os seus laços sociais e deixou de pertencer ao mundo, se tornando supérfluo. O totalitarismo aprofunda ainda mais essa experiência de solidão e desarraigamento, ao comprimir todos os homens no cinturão de ferro do terror, fazendo com que até mesmo a solidão deixe de ser produtiva. Quando estamos a sós, fazemos companhia a nós mesmos e podemos fazer o processo do dois-em-um. Mas para que esse processo se complete, e para que retornemos ao mundo do qual nos retiramos enquanto pensávamos, é preciso que nossa identidade seja confirmada pelo outro. No entanto, quando o isolamento se aprofunda a ponto de nos fazer perder qualquer lugar no mundo, nós acabamos por perder a nós mesmos (ARENDDT, 2012, p. 637). O sujeito ideal do totalitarismo é justamente esse homem desagregado e supérfluo, “sem capacidade política, sem vontade, sem julgamento - e, por essa razão, capaz de seguir ou de fazer banalmente o mal.” (DINIZ, 1995, p. 105).

Por ser incapaz de pensar, Eichmann podia viver no mundo irreal criado pela linguagem burocrática e não sentir culpa por seus atos, já que não se considerava responsável por eles. A separação entre a pessoa profissional e a pessoa privada é constitutiva do funcionamento das burocracias. No âmbito profissional, o burocrata pode agir como um “cidadão temente à lei” (ASSY, 2001, p. 140), cujo maior valor é cumprir com quaisquer obrigações que lhe sejam exigidas. Suas convicções pessoais ficam restritas à vida privada, como se fosse não uma, mas duas pessoas distintas com códigos morais diferentes e separados. Essa separação é inteiramente ficcional, já que aquele que é um assassino em seu trabalho, continua a sê-lo em todas as outras horas de sua vida. Mas é essa incoerência que Arendt identifica em Eichmann e que atribui à sua incapacidade de pensar. Realizar o dois-em-um significa necessariamente conviver com nós mesmos, nos confrontar com nossas ações e ter de viver com aquilo que fizemos. Uma pessoa que recusa a consciência de si “jamais quererá ou poderá prestar contas do que faz ou diz; nem se importará em cometer um crime, já que pode estar certa de esquecê-lo no

momento seguinte.” (ASSY, 2001, p. 151). Eichmann, que não pensava, não precisava conviver consigo mesmo e, portanto, nunca teve a consciência atribulada pelo que fez.

O grande perigo do mal banal é sua capacidade de se tornar ilimitado, pois a única coisa que o limita são as circunstâncias. A banalidade do mal demonstra quão claramente a modernidade tornou os homens supérfluos, o grande perigo contra o qual Arendt nos alerta em *Origens do Totalitarismo*, pois os indivíduos são despojados de importância até mesmo ao cometer o mal.

Do ponto de vista das nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que [...] esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado. (ARENDRT, 1999, p. 299).

O mal banal é preocupante justamente porque pode ocupar o lugar do comum. Nesse sentido, a única coisa que se requer do agente do mal banal é que ele continue a se comportar de modo a preservar a ilusão de normalidade. O grande perigo dessa manifestação do mal é o fato de que o agente do mal não precisa ser excepcionalmente cruel ou excepcionalmente motivado, mas pode, em efeito, ser praticamente qualquer um.

Becoming Eichmann: o papel da ideologia

Agora, na segunda parte do texto, vamos apresentar as críticas que o historiador britânico David Cesarani fez ao conceito de banalidade do mal. Seu livro *Becoming Eichmann: rethinking the life, crimes, and trial of a “desk murderer”* é um estudo biográfico dos momentos chave da vida e carreira de Eichmann, que busca elucidar sua transformação em um dos perpetradores do Holocausto. Cesarani comenta que Eichmann se tornou uma figura emblemática do genocídio nazista, o que, observa o autor, é curioso considerando que ele não era parte do alto-escalão, ou alguém de grande importância dentro do Partido. Foi o julgamento em Jerusalém que transformou Eichmann nessa figura emblemática. De acordo com as teorias psicológicas em voga nos anos 1940 e 1950, Eichmann foi imediatamente diagnosticado como sádico, pervertido ou desequilibrado mental. Ele foi considerado um antissemita fanático cujo ressentimento o havia levado a se filiar a SS com o objetivo único de perseguir os judeus. O próprio promotor do caso de Eichmann, Gideon Hausner, afirmou em seu discurso de abertura que ele tinha uma personalidade satânica (CESARANI, 2006, p. 3).

Essa imagem de Eichmann foi veementemente rejeitada por Hannah Arendt. Ela achava difícil acreditar que ele estivesse simplesmente mentindo para o tribunal. Se fosse esse o caso, sua atuação teria de ser impecável, para se sustentar até mesmo em seus últimos momentos. Para Arendt, Eichmann não era um sujeito ideologicamente motivado, e o problema fatal foi sua obediência cega a um regime totalitário em que a moral havia sido completamente invertida, transformando o crime em lei e o normal em exceção. Cesarani considera que a representação que Arendt faz de Eichmann é falha, pois ele acredita que ela foi influenciada por ideias preconcebidas ao avaliá-lo.

She wanted to find in Jerusalem the kind of person that she believed a totalitarian system needed in order for its inhuman policies to be implemented. In writing about the case she crafted the material to suit her theory, so Eichmann became the epitome of the totalitarian man.¹ (CESARANI, 2006, p. 4).

A leitura que Arendt fez de Eichmann foi central para a consolidação de uma abordagem histórica sobre o Terceiro Reich que vinha se formando ao longo da década de 1960. A Alemanha nazista era vista como um estado moderno, hiper centralizado em que o poder ditatorial estava firmemente organizado em uma hierarquia e se distribuía de cima para baixo. De acordo com essa perspectiva, a Solução Final era descrita como um processo altamente burocrático, organizado e sanitizado. Um dos trabalhos mais influentes sobre esse assunto era o livro *A destruição dos judeus europeus* de Raul Hilberg, que deu bastante destaque ao papel que as instâncias burocráticas do estado e do Partido tiveram no desenvolvimento das políticas anti-judaicas, tornando o genocídio possível. Eichmann - o “assassino burocrata” por excelência - era a chave para a compreensão desse processo (CESARANI, 2006, p. 4).

Contudo, com o desenvolvimento de novas pesquisas, a historiografia sobre o Terceiro Reich avançou, dando destaque a novos aspectos do regime. O Estado nazista não era tão monolítico quanto se pensava, e as diversas instâncias sobrepostas de agências estatais e organizações partidárias fazia com que as políticas do regime fossem decididas em meio a conflitos de interesse entre grupos diversos (CESARANI, 2006, p. 11). A perspectiva histórica sobre a Solução Final também mudou, de modo que hoje compreendemos que o genocídio do povo judeu começou localmente como uma tentativa dos líderes regionais de resolver os problemas populacionais que os próprios nazistas haviam criado.

¹ Ela queria encontrar em Jerusalém o tipo de pessoa que acreditava ser necessária a um sistema totalitário para que suas políticas desumanas fossem implementadas. Ao escrever sobre o caso, ela trabalhou o material para servir sua teoria, e assim Eichmann se tornou a epítome do homem totalitário. (Tradução nossa).

Ademais, quando o extermínio começou a ser implementado, não era uma iniciativa burocrática e impessoal. A crítica de Cesarani tem como base essa nova historiografia. Para o autor, a ideia de que Eichmann apenas seguia ordens de maneira robótica e sem pensar não condiz com a dinâmica de poder interna do Terceiro Reich, pois “[...] the Nazi state was rarely capable of producing such unequivocal commands. Eichmann may have lost any sense of morality, but this cannot be explained by referring to a ‘system of authority’ in which he worked.”² (CESARANI, 2006, p. 12).

Cesarani afirma que a imagem de subserviência que Eichmann construiu em seu julgamento não é compatível com a aptidão que ele tinha ao se envolver nos jogos de poder dentro da hierarquia instável do Terceiro Reich (CESARANI, 2006, p. 361). Contudo, devemos discordar em parte de Cesarani sobre esse ponto, pois entendemos que quando Arendt fala da ausência de pensamento, ela se refere a algo muito mais complexo e profundo do que apenas cumprir ordens. O vazio de pensamento não é equivalente a um comportamento “robótico” ou de “marionete”, como Cesarani caracteriza a interpretação da filósofa. A ausência de pensamento diz respeito ao nível da consciência, e não do raciocínio. Nesse sentido, a banalidade do mal ainda se sustenta, mesmo nesse “novo” Terceiro Reich da historiografia mais atual, especialmente se considerarmos que a própria Arendt não entendia o Estado nazista como monolítico.

Mas, uma vez que, para Cesarani, a estrutura de autoridade não é uma explicação satisfatória para a transformação de Eichmann em um genocida, ele busca essa resposta em outro lugar. Eichmann não nasceu como assassino e também não podemos afirmar que há uma progressão lógica em sua carreira que o levou inevitavelmente de um ponto ao outro. O curso de sua vida não estava predeterminado; Eichmann teve de fazer escolhas ao longo do caminho e se acomodar às consequências de seus atos. Para Cesarani, a ponte sobre o abismo que há entre uma pessoa normal e o assassino em massa foi construída pela ideologia. Ao longo de sua carreira na SS, Eichmann foi sendo ideologicamente radicalizado e foi esse tipo de pensamento que o permitiu fazer a escolha de se tornar um *génocidaire* (CESARANI, 2006, p. 6). Em seu livro, Cesarani delinea essa trajetória, marcando alguns dos momentos mais importantes.

² [...] o Estado nazista raramente era capaz de produzir ordens tão inequívocas. Eichmann pode ter perdido qualquer senso de moralidade, mas isso não pode ser explicado com referência a um ‘sistema de autoridade’ dentro do qual ele trabalhava. (Tradução nossa).

O primeiro período que merece atenção na carreira de Eichmann foi seu recrutamento pelo Departamento Judaico do *Sicherheitsdienst* (Serviço de Segurança), ou SD, onde ele passou a ser influenciado pelas ideias de Edler von Mildenstein, que se considerava um antissemita “racional”. Ele propunha resolver a dita “Questão Judaica” com a deportação dos Judeus para a Palestina, se aproveitando das redes do movimento Sionista. Mildenstein representava muito bem o ideal do “homem da SS” - um etos profissional muito particular que Himmler e Heydrich cultivavam em seus subordinados. Ambos compreendiam a função dos aparatos de segurança dentro de um claro contexto ideológico: proteger o povo alemão de seus inimigos. Os agentes da inteligência nazista não deveriam deixar que “sentimentalismos inúteis” - como considerações morais - interferissem na luta pela sobrevivência da raça ariana. “SD men were taught to be hard and objective, to prioritize the solving of problems over anguish about the delicacy of the methods they used.”³ (CESARANI, 2006, p. 49).

A educação que Eichmann recebeu na SD surtiu seu efeito. Em uma palestra que ministrou em 1937, ele demonstrou ter uma clássica visão de mundo antissemita, caracterizando os judeus como poderosos, e perigosos, inimigos raciais do povo alemão (CESARANI, 2006, p. 58). Para Eichmann, os judeus não poderiam mais ser tolerados dentro da Alemanha e a única solução possível para a chamada “Questão Judaica” era a remoção de todos eles do território alemão. A forma peculiar de antisemitismo “racional” pregado pela SD permitia que Eichmann se relacionasse com tranquilidade com indivíduos judeus enquanto trabalhava para tornar o Reich *judenfrei* e combater o poder mundial da conspiração judaica contra a Alemanha (CESARANI, 2006, p. 8).

O segundo período de grande relevância foi o trabalho de Eichmann com as emigrações forçadas na Polônia em 1940, onde ele teve a oportunidade de aplicar o que havia aprendido se dedicando à remoção forçada de milhares de pessoas de uma maneira condizente com a linha ideológica da SD – cumprindo os objetivos com o máximo de eficiência e sem escrúpulos morais. A importância desse período se deve ao fato de que a capacidade de Eichmann de submeter outros seres humanos ao sofrimento foi testada. Cesarani aponta que o sentimento de empatia que temos com a miséria alheia começa a ser gradualmente erodido em Eichmann. Ainda assim, há uma diferença

³ Os homens da SD eram ensinados a serem duros e objetivos, a priorizar a solução de problemas acima da angústia sobre a delicadeza dos métodos que utilizavam. (Tradução nossa).

considerável entre as deportações, ainda que essas sejam uma violação terrível dos direitos humanos, e a cumplicidade no assassinato em massa de milhões de pessoas (CESARANI, 2006, p. 16).

O terceiro e último período é o momento em que a Solução Final toma forma e começa a ser implementada. O momento exato em que o extermínio assumiu o caráter de uma política de Estado centralizada ainda é incerto, mas entre julho de 1941 e janeiro de 1942 Eichmann fez uma série de visitas à Polônia, onde presenciou o extermínio físico dos judeus por meio de gás, como em Chelmno e Lublin, e por meio de fuzilamentos, como em Minsk (CESARANI, 2006, p. 98). Eichmann deixou registrado em diversos depoimentos o horror que sentiu ao ver as execuções e afirmou que sempre acreditou em uma “solução política”, e não física, para a suposta “Questão Judaica”. Ainda assim, ele foi capaz de superar sua repulsa e se dedicar integralmente ao genocídio do povo judeu.

Testemunhar o genocídio e não se voltar contra o regime foi o ponto sem retorno de Eichmann; uma vez cruzada essa linha, não havia volta. Foi nesse momento em que ele fez a escolha consciente de se tornar um *génocidaire* e de trabalhar para o regime nazista coordenando o transporte de judeus para os campos de extermínio. Para Cesarani, essa escolha foi possível porque Eichmann havia aprendido a odiar os judeus: o Reich estava em guerra total, e os judeus eram os inimigos. Enquanto funcionário da SD, era seu dever se dedicar a essa luta, pois para ele havia algo muito mais importante em jogo - a sobrevivência da raça ariana.

To the fully indoctrinated Eichmann, the Jews had no intrinsic claim to life. Even more radically, according to his doctrinaire view of the Jews as “the enemy” they had to be destroyed. Jews and Aryans were engaged in a war to the death. He was willing to play a part in that war although it was more like a campaign against an epidemic. He saw himself engaged in a scientific if sometimes distressingly messy, operation to eliminate a racial-biological threat to the Aryan people. This threat was inherent in every Jew, no matter how feeble they seemed.⁴ (CESARANI, 2006, p. 367).

Nesse caso, o conceito de banalidade do mal de fato não se aplicaria mais a Eichmann, por ele ser um sujeito ideologicamente motivado. Mas, apesar de o conceito ter surgido como uma reflexão de Hannah Arendt sobre o caso Eichmann, acreditamos que ele ainda se mantém relevante. O conceito

⁴ Para Eichmann, plenamente doutrinado, os judeus não tinham nenhum direito intrínseco à vida. De modo ainda mais radical, de acordo com sua visão doutrinária dos judeus como “o inimigo” eles tinham que ser destruídos. Judeus e Arianos estavam engajados em uma guerra até a morte. Ele estava disposto a fazer sua parte nesta guerra, ainda que ela fosse mais parecida com uma campanha contra uma epidemia. Ele via a si mesmo como engajado em uma operação científica, às vezes incomodamente suja, para eliminar uma ameaça racial-biológica ao povo ariano. Essa ameaça era inerente a todos os judeus, não importava o quão fracos parecessem. (Tradução nossa).

de banalidade do mal nunca foi completamente delimitado por Arendt; seu valor filosófico vem de sua capacidade de provocar reflexões e levantar questões que ainda têm grande importância. A banalidade do mal pode ser pensada enquanto fenômeno em uma dimensão que transcende em muito a situação contingente do julgamento de Eichmann (DINIZ, 1995, p. 111). Assim como qualquer outro conceito, a banalidade do mal não se aplica a todo tipo de situação. O mal banal depende de toda uma estrutura que está além das escolhas individuais. O conceito ainda é relevante para pensarmos o funcionamento das estruturas burocráticas onde a responsabilidade é sempre transferível ao outro, infinitamente mais no caos administrativo do Estado nazista, em que as repartições, agências e instâncias se multiplicavam e se sobrepunham.

Pensamento *versus* ideologia

Como mencionamos acima, a radicalização ideológica de Eichmann o exclui da categoria de banalidade do mal considerando que o fenômeno pode ser definido como atos maus cometidos em proporções gigantescas cuja raiz não encontramos em uma maldade, patologia ou convicção ideológica do agente. Dito isso, não temos a intenção de argumentar aqui sobre a adequação ou inadequação de Eichmann, especificamente, ao conceito. A reflexão que pretendemos desenvolver a seguir é que a crença ideológica representa também uma ausência de pensamento, pois a ideologia é incompatível com o pensamento. O fenômeno da banalidade do mal nos servirá agora de baliza e ponto de comparação.

De acordo com Arendt a ideologia é a lógica de uma ideia. Seu objeto de estudo é a história, a qual a ideia é aplicada revelando um processo em movimento. Ou seja, o que a ideologia pretende é elucidar todo o processo histórico e explicar com a lógica da ideia “os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro.” (ARENDR, 2012, p. 624). Ela acredita ter descoberto a “Lei” universal que guia o rumo dos acontecimentos, por isso, a história é sempre um processo coerente que pode ser explicado, ou melhor, calculado. A ideologia se constrói inteiramente a partir de uma única premissa da qual todo o resto é deduzido. Portanto, pressupõe que uma ideia é sempre o suficiente para explicar qualquer coisa e que a experiência não é capaz de ensinar nada, pois já está tudo compreendido no processo lógico. “Uma vez que tenha estabelecido a sua premissa, o seu ponto de partida, a experiência já não interfere com o pensamento ideológico, nem este pode aprender com a realidade.” (ARENDR, 2012, p. 628).

O conceito arendtiano de ideologia se aproxima muito mais da noção de uma visão de mundo - *Weltanschauung*. As ideologias por si só não são totalitárias, mas todas contêm em si elementos totalitários, pois pretendem ser uma explicação totalizante da realidade. Seu grande perigo é seu potencial para destruir a capacidade humana de pensar como uma camisa de força, “que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa.” (ARENDDT, 2012, p. 626). Como supõe ter alcançado a Verdade sobre o mundo, não pode tolerar nenhuma outra ideologia. A adesão a uma ideologia, é, na verdade, fruto da crença em uma premissa, e não de um exame das ideias por ela abarcadas. Portanto, a ideologia não pode aceitar qualquer reexame ou questionamento, especialmente da premissa. Tudo o que resta ao indivíduo é seguir a dedução lógica até seu fim.

Tal como o terror é necessário para que o nascimento de cada novo ser humano não dê origem a um novo começo que imponha ao mundo a sua voz, também a força auto coercitiva da lógica é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar - e o pensamento, como a mais livre e a mais pura das atividades humanas, é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução. (ARENDDT, 2012, p. 631).

A crença ideológica é incompatível com a atividade do pensamento. Antes de mais nada, o pensamento jamais tem pretensão de chegar à verdade ou ao conhecimento. Isso não pode ocorrer, pois o pensamento é um processo sem fim; pensar é sempre repensar. As questões do intelecto, que dizem respeito ao conhecimento, podem ser respondidas e se encerram. Mas as questões da razão são irrespondíveis, pois o que buscamos ao pensar é o significado. Ao formularmos questões que não podemos responder, nos afirmamos como seres que interrogam (ARENDDT, 2019, p. 79). Pensar provoca perplexidade, pois coloca todos os valores e padrões estabelecidos em movimento. O pensamento coloca os indivíduos diante de uma tela em branco, “sem bem nem mal, sem certo nem errado” (ASSY, 2001, p. 147), podendo os indivíduos dialogarem com si mesmos, refletindo e emitindo seus próprios juízos sobre princípios, valores, eventos. O pensamento abandona quaisquer padrões, normas ou dogmas a cada vez que o diálogo do dois-em-um se inicia novamente.

Arendt afirma que nas situações-limite o pensamento assume uma qualidade moral, pois ele interrompe, inevitavelmente, a ação. A atividade do pensamento exige que o indivíduo suspenda suas atividades e se retire do mundo das aparências antes de iniciar seu diálogo com o ego pensante. Portanto, o pensamento pode impedir os indivíduos de se tornarem agentes do mal banal ao não deixar que eles sejam carregados pela corrente dos acontecimentos. No pior dos casos, o pensamento pode nos dizer quando parar. “A faculdade de pensar me diz quando este ponto foi alcançado, ou seja,

quando pessoas que pensam não podem mais prosseguir.” (ASSY, 2001, p. 153). Sendo assim, embora a faculdade do pensamento seja amoral, em situações extremas ela assume uma moralidade negativa: o pensamento não conduz ao bem, mas impede que os indivíduos cometam o mal.

O totalitarismo ambiciona transformar a natureza humana em algo inteiramente previsível (ARENDDT, 2012, p. 608). Para esse fim, a ideologia é a ferramenta ideal para controlar a liberdade interna dos indivíduos. O maior perigo apresentado pela ideologia é seu movimento ininterrupto - ao aceitar a premissa somos forçados pela lógica a seguir de A para B para C e assim por diante.

A força coercitiva do argumento é: se te recusas, te contradizes e, com essa contradição toda a tua vida perde o sentido; pois o A que pronunciaste domina toda a tua vida através das consequências do B e do C que se lhe seguem logicamente (ARENDDT, 2012, p. 631).

O movimento compulsório da ideologia leva os homens adiante em um processo de radicalização contínua até que, como Eichmann, eles cheguem a um ponto sem retorno. Cesarani identifica esse processo na carreira de Eichmann, desde seu ingresso na SD até o momento em que ele assumiu a responsabilidade pelo transporte das vítimas para os campos de extermínio, quando ele se deparou com a “última letra” do “mortífero alfabeto” (ARENDDT, 2012, p. 630) e foi capaz de fazer sua escolha e dar o passo sobre o abismo, se tornando um *génocidaire*.

Assim como no caso da banalidade do mal, a atividade do pensamento pode ser um antídoto para o veneno da ideologia. Ao exigir que o sujeito se retire do mundo, o pensamento interrompe qualquer ação, portanto, também pode interromper o movimento da ideologia. E sua capacidade destrutiva, que dissolve todas as certezas e abandona todas as convicções, coloca em xeque a crença que é a base de toda ideologia, libertando o indivíduo para questionar e examinar as ideias as quais estava preso. Como o único critério para o pensamento é estar em acordo com si mesmo, pensar significa escolher com quem queremos conviver quando estivermos sozinhos e o que somos capazes de suportar em nós mesmos (ASSY, 2001, p. 149). O pensamento não pode proporcionar regras de conduta, mas, face à experiência totalitária - que desequilibrou todos os padrões morais e éticos que antes pareciam inabaláveis -, a única guia que resta é o fato de que todos os indivíduos estão eternamente condenados a viverem juntos de si mesmo.

Nessa parada onde o homem possa suspender, provisoriamente, seus juízos de valor e suas certezas prévias, “parar-e-pensar” é o primeiro ato de resistência a uma imposição externa, a uma exigência de obediência. É exatamente nessa parada,

momentânea, mas decisiva, que o homem pode começar a realizar sua autonomia. (DINIZ, 1995, p. 141).

Talvez o problema do mal banal não seja o mesmo que o do mal ideológico, mas acreditamos ter indicado como ambos estão relacionados com a recusa - ou a incapacidade, como disse Arendt sobre Eichmann - em pensar. Se é verdade que a ausência do pensamento é uma condição que pode levar os homens a fazer o mal, então a questão filosófica do pensamento foi transformada em uma questão política pela novidade totalitária. Ainda que Cesarani discorde de Arendt em diversos pontos, ambos compartilham a preocupação com as circunstâncias em que os homens podem se tornar agentes desse mal extremo. As questões que Hannah Arendt levantou sobre o mal, sobre o totalitarismo e sobre a modernidade ainda não estão encerradas e devemos continuar em nossa busca por compreensão. A banalidade do mal, mais do que uma questão de filosofia moral, continua a ser um problema político atual, pois uma vez que o totalitarismo se tornou um fenômeno manifesto, a possibilidade de que ele apareça novamente está sempre presente.

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- ASSY, Bethânia. Eichmann, banalidade do mal e pensamento. In: MORAES, Eduardo Jardim; BIGNOTTO, Newton (org.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 136-165.
- CESARANI, David. **Becoming Eichmann: rethinking the life, crimes, and trial of a "desk murderer"**. Boston: Da Capo Press, 2006.
- DINIZ, Nádia Souki. **A banalidade do mal em Hannah Arendt**. Tese (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1995.

KERSHAW, Ian. **Hitler, the Germans, and the Final Solution**. New Haven: Yale University Press, 2009.